

DURKHEIM, Émile. *Sociologia, Educação e Moral*. Porto: Rés-Editora, 1984, 398 pp.

Vera Lúcia Abrão Borges*

Marcando o pensamento europeu do séc. XIX e atual, Émile Durkheim (1858-1917), um dos fundadores da Sociologia, fundador e diretor da Revista “*L’Année Sociologique*”, está na base da História Social praticada na França - como, por exemplo, em Roger Chartier e em Pierre Bourdieu. É o teórico mais acabado do positivismo e do capitalismo em sua fase imperial, escrevendo uma obra vastíssima, que vai da História e da Filosofia à Educação e à Sociologia, merecendo destaque: *A Divisão do Trabalho Social* (1893), *As Regras do Método Sociológico* (1895), *O Suicídio* (1897), *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, bem como outros textos de Educação, de Filosofia e de História.

Embora bem conhecidas do público suas reflexões sobre método sociológico, divisão do trabalho, anomia, suicídio e religião, o mesmo não se pode dizer com relação ao que ele pensa enquanto “pedagogo e teórico da educação e da moral”, justamente este que foi o fundador da primeira cátedra de “Educação e Sociologia”, na Sorbonne (“Nota da Edição Portuguesa”) e que construiu uma teoria da educação que respondia à forma prescrita pela sociedade de então. Respalhado na Sociologia e na Psicologia, justifica, ao mesmo tempo, o Estado centralizador e interventor que vai se impondo e que tem

¹ Professora de História da Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

na nova educação uma via de formação do novo homem. Durkheim foi um produto das rupturas do liberalismo clássico, qual seja, do segundo momento do movimento burguês, no século XIX. Período muito dividido por concepções não só diferentes mas até contraditórias, como: marxismo, socialismo, positivismo, romantismo, liberalismo etc.; marcado por antagonismos sociais e por uma progressiva complexidade no mundo capitalista, destacando-se a profunda intensificação e especialização no âmbito de cada atividade produtiva. O eminente sociólogo positivista coloca em cena, nesse novo cenário do mundo moderno, a questão da insuficiente **unidade moral**, vista por ele como comunhão de idéias e sentimentos. Neste quadro, a **reforma moral** emerge como a solução urgente e necessária para as mudanças e rupturas do liberalismo, sendo que à escola liberal se acrescentará uma outra função, qual seja, o **preparo moral por meio da formação técnica**.

A obra "*Sociologia, Educação e Moral*", que só foi traduzida para o português em 1984, tem como tema central o papel preponderante da Sociologia na determinação dos fins da educação e da moral. A idéia forte consiste na representação social. Parte da tese de que a educação e o sistema educativo são organizados consoante o tempo e os países.

Para desenvolver o estudo sobre educação e moral, que é, outrossim, uma reflexão de método, Durkheim divide a obra em dois livros. O **Livro Primeiro**, intitulado *Educação e Sociologia*, possui quatro capítulos, que são, respectivamente: "*A educação, sua natureza e atribuições*"; "*Natureza e método da pedagogia*"; "*Pedagogia e sociologia*", e "*A evolução e o papel do ensino secundário em França*". O **Livro Segundo** - *A Educação Moral* - é dividido em três partes: "*Introdução*", "*Primeira Parte: Os elementos*

da moralidade” e “Segunda Parte: Como estabelecer na criança os elementos da moralidade”.

Assim, primeiramente analisa o homem, a sociedade e a educação, defendendo a tese de que o sistema educativo é solidário com as demais instituições sociais e é uma expressão das mesmas, não se constituindo, portanto, numa obra do pensamento individual, uma vez que se acha dependente de causas históricas. O procedimento utilizado consistiu na observação dos sistemas educativos existentes ou que já existiram, confrontando-os e deduzindo as características que lhes são mais comuns.

Para ele, o homem não é “uma tábua rasa”; é condicionado pelas estruturas sociais já existentes. Sua assertiva de que “*O homem só é homem por viver em sociedade*” passa a ser a proposição fundamental da Sociologia contemporânea. A atuação do homem sobre as estruturas sociais dá-se “na medida em que aprendeu a conhecê-las...”, sendo outrossim que a cada sociedade corresponde um **tipo ideal de homem**, tanto do ponto de vista intelectual quanto físico e moral.

Esse ideal educativo, portanto, é determinado pela sociedade, segundo suas necessidades. A finalidade da educação passa a ser a constituição do “ser social em cada um de nós”, a adaptação da criança ao meio social em que vive, cumprindo a escola a função de socialização e de reprodução dos valores sociais. Propõe a formação de uma sociedade laica, através de “uma nova escola e uma nova moral”. A intervenção vigilante do Estado é posta como necessária para garantir uma ação pedagógica num sentido social. Os princípios que, implícita ou explicitamente, são comuns a todos numa sociedade, estão na base da **moral democrática**, e cabe ao Estado esclarecê-los e inculcá-los em todas as crianças, via educação.

Mas é no *Livro Segundo* que o problema da educação moral será objeto central de estudo, o qual é justificado pela importância que os pedagogos sempre lhe deram e por se tratar de um problema que se colocara como urgente em sua época, por ele caracterizada como de crise aguda, em especial na questão da educação moral do sistema pedagógico “tradicional” então imperante. Trata da educação moral da segunda infância nas escolas públicas francesas, sob o pressuposto de que a **educação moral laica** oferecida nas escolas de então fora a grande revolução pedagógica, entendendo-a como “educação puramente racionalista”. Tal inovação repercute sobre o sistema de idéias, hábitos e processos educativos que vigoravam até então, fazendo eclodir “novos problemas” de que o pedagogo deveria conscientizar-se.

Defende as **escolas públicas** como “*guardiãs por excelência de nosso padrão nacional*” (p.102), pois nelas se forma a maioria das crianças francesas. Sob sua ótica, elas “*são e devem ser o mecanismo da educação nacional*”, cabendo à escola incutir o desenvolvimento moral na criança.

Assume o postulado racionalista, ou seja, de uma educação moral laica inteiramente racional. Racional, para ele, é sinônimo de científico. E, pela história, Durkheim vai comprovando o seu postulado, qual seja, a autonomia da disciplina moral frente à religião, sem no entanto desfazer o vínculo entre ambas, inclusive destacando o que elas têm em comum: são deveres, ou seja, práticas moralmente obrigatórias.

Pela observação, caracteriza e estabelece os elementos da moral: disciplina, adesão aos grupos sociais e autonomia da vontade. Esse estudo é realizado por meio de oito lições (1ª à 8ª lições). Depois, mediante as lições de 9ª à 18ª, centra seu estudo em

aspectos fundamentais e bem atuais em nossa atual prática escolar, como: disciplina e psicologia da criança, disciplina escolar, penalidade escolar, recompensas, altruísmo infantil, influências do meio escolar, ensino das ciências e cultura estética etc.

A unidade nacional advinda da concentração e da unificação moral na França é demonstrada historicamente e, ao mesmo tempo, serviu para justificar a progressiva intervenção estatal no âmbito educacional, indispondo-se a todas as formas de particularismo: comunal, provincial, corporativo.

Pela amostragem de certos aspectos desta obra, evidencia-se sua contribuição no trabalho de reconstrução histórica do fato educacional, recomendando-se ainda sua leitura aos historiadores, sociólogos e educadores preocupados em compreender a educação e o sistema educativo em Durkheim. Este, enquanto um teórico do liberalismo em sua fase de transição, respaldou os intelectuais responsáveis pela construção do consenso ideológico na etapa do capital monopolista. Muitas de suas idéias se inserem, também, nas décadas de 30 a 60, na historiografia da educação brasileira, justificando, ainda, as arbitrariedades advindas dos governos centralizadores instaurados após a Primeira Grande Guerra. São exemplos, dentre outros: autoridade imanente às regras morais, que devem ser obedecidas e aceitas pelo indivíduo em prol de suas necessidades e liberdades individuais que, para ele, só existem no coletivo; disciplina que, embora provoque constrangimento, freio e limitação à ação do homem, é tida como um fundamento da moral para se assegurar a regularidade da vida coletiva (doméstica, profissional e cívica); “normalidade” identificada como atendimento às regras sociais. Também merecem destaque, para todos estudiosos da realidade atual, suas assertivas sobre Pátria e Estado.